



A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO DECÊNIO 2003-2013 E SUA RELAÇÃO COM ORIENTAÇÕES DO BANCO MUNDIAL

Lívia Cristina Cortez Lula de Medeiros¹

Lucyana Sobral de Souza²

GT 12 – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

RESUMO

Este artigo visa relacionar as políticas governamentais direcionadas ao ensino superior no decênio 2003 a 2013 refletindo sobre a expansão deste nível de ensino na iniciativa privada do Brasil. Pretendeu-se tomar como base de análise os resultados do Censo da Educação Superior disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (MEC/INEP) e a produção científica que vem sendo publicada a respeito do avanço do ensino superior e sua correlação com as orientações do Banco Mundial. Utilizou-se como metodologia de pesquisa o estudo bibliográfico com o intento de situar o contexto histórico, político e econômico que impulsionou a expansão do ensino superior privado no Brasil. O estudo em tela possibilitou reconhecer que as reformas educacionais gestadas na educação de ensino superior foram compreendidas no âmbito das mudanças de ordem social, política e econômica e desenvolvidas com intentos bem definidos, associados aos interesses mercadológicos.

Palavras-chave: Ensino Superior. Banco Mundial. PROUNI. FIES.

ABSTRACT

This article aims to relate the government policies directed to higher education in the decade 2003 to 2013 reflecting on the expansion of this level of education in the private sector in Brazil. It was intended to take as basis of analysis the results of the Census of Higher Education provided by the National Institute of Educational Studies and Research (MEC / INEP) and the scientific production that has been published regarding the advancement of higher education and its correlation with the orientations of the World Bank. We used as a research methodology the bibliographic study with the aim of situating the historical, political and economic context that propelled the expansion of private higher education in Brazil. The on-screen study made it possible to recognize that the educational reforms developed in higher education were understood within the scope of social, political and economic changes and developed with well-defined attempts associated with market interests.

Key words: Higher Education. World Bank. PROUNI. FIES.

¹ Mestre em Educação (UFRN), Doutoranda em Educação (UFRN) e Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Membro do grupo de pesquisa certificado no Diretório Nacional de Pesquisas do CNPq: Ensino e Linguagem. E-mail: livialula@hotmail.com

² Mestre em Educação (UFS), Doutoranda em Educação (UFRN) e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Membro do grupo de pesquisa certificado no Diretório Nacional de Pesquisas do CNPq: ECOS- Escola Contemporânea e Olhar Sociológico. E-mail: lucyanass2014@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Nos anos iniciais do século 20 propostas políticas vieram à tona impulsionando a ampliação do ensino superior no setor privado, fazendo com que se beneficiasse das facilidades iniciais para autorização de funcionamento e da ausência de mecanismos regulatórios que viabilizasse o controle e a avaliação das instituições superiores que surgiram no recorte temporal (2003-2013) em destaque neste estudo. Por isso o presente artigo está organizado em três seções: na primeira parte discorreremos sobre o contexto fértil propício a expansão do ensino superior privado no Brasil, desde a Constituição de 1891 até o final do segundo mandato do governo Lula, destacando inclusive os embriões presentes no direcionamento das políticas educacionais e suas relações com os direcionamentos propostos por organismos internacionais; na segunda seção apresentamos como as diretrizes internacionais imprimiram novos contornos ao delineamento da educação superior no Brasil e contribuíram sobremaneira para a expansão do ensino superior privado e por fim situamos a política de financiamento para o ensino superior (o FIES e o ProUni) adotado como estratégia de ampliação do acesso ao ensino superior e caracterizado pela parceria público-privado, no entanto, fortalecedor da lógica de privatização no contexto do ensino superior.

CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO PROPÍCIO À EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL

A necessidade de diversificar as estratégias de ensino e estabelecer novos arranjos organizacionais que flexibilizasse o tempo e o espaço da aprendizagem a fim de atender às especificidades estudantis de ordem social e econômica; a redefinição e minimização da função do governo tanto no aspecto organizacional/geracional quanto no financeiro e o avanço na geração de conhecimentos representam alguns dos condicionantes impulsionadores para o crescimento do ensino superior privado no Brasil. (BANCO MUNDIAL, 1995); (CABRAL NETO; CASTRO, 2011).

O primeiro passo para a expansão do ensino superior privado se deu a partir do entendimento legal da Constituição de 1891 que permitia a existência do ensino privado de maneira facultativa, já no texto da Constituição de 1988, o ensino superior era concebido como sendo de caráter livre ao setor privado, embora respaldado pelas normas vigentes no que tange o funcionamento e a avaliação. A partir da LDB nº 4.024 de 1961 temos o



mantimento da dualidade no ensino superior que tanto favorece a expansão de sistemas não universitários, como fortalece a relação com o mercado que passa a pressionar pela abertura de mais vagas no sistema. Esse sistema não universitário quer seja público ou privado vem aumentando consideravelmente em relação às universidades tradicionais, informação esta já sinalizada no texto do documento do Banco Mundial intitulado *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*:

en los últimos años, la matrícula en las instituciones de enseñanza terciaria no universitaria, tanto públicas como privadas, ha aumentado con mayor rapidez que en las universidades tradicionales. Incluyen politécnicos, institutos profesionales y técnicos de ciclos cortos, community colleges (institutos públicos de estudios postsecundarios que ofrecen dos años de enseñanza académica o profesional) y programas de enseñanza a distancia. Sus costos más bajos resultan atractivos para los estudiantes y son más fáciles de establecer por los proveedores privados. En los casos en que más éxito han tenido, las instituciones no universitarias imparten instrucción que responde en forma flexible a las demandas del mercado laboral y están vinculadas a los programas universitarios mediante mecanismos apropiados de transferencia, como sistemas de créditos y disposiciones en cuanto a las equivalencias (1995, p. 5-6).

O texto do Banco Mundial revela a rentabilidade gerada ao setor privado na oferta de ensino superior por meio de cursos mais curtos, com baixo custo por estudante, atendendo de maneira flexível e eficiente às demandas do mercado e minimizando o papel do Estado em suas funções no campo social, uma característica peculiar das ideias neoliberais.

Em 1968 com a Reforma Universitária um novo cenário de expansão do ensino superior se consolida, nota-se uma busca de relação complementar entre o público e o privado, no entanto, os dados revelaram um índice superior de crescimento no setor privado do que no âmbito público entre os anos de 1960 e 1980, onde o número de matrículas gerais cresceu de 200 mil para 1,4 milhão superando a ordem de 800% de crescimento, embora tal evolução não tenha sido acompanhada também pela qualidade no ensino ofertado. (SAMPAIO, 2011)

O rápido aumento no número de matrículas no ensino superior, em especial após os anos de 1970, foi fruto da consolidação de um movimento de transferência da educação da esfera política para a esfera do mercado, institucionalizando o “mercado escolar”, uma proposta pautada no ideário neoliberal que imprime novos contornos na política educacional, uma reforma administrativa direcionada para a despublicização da educação transferindo-a para a esfera da competição privada. (GENTILI, 1998, p. 21)



Segundo Cabral Neto e Castro (2011, p. 16-17) as orientações dos organismos internacionais e dos governos nacionais, contribuíram sobremaneira para a definição de mudanças substanciais na estrutura do ensino superior e por consequência na sua expansão. Os autores destacam que a relação expansão x diversificação institucional foram fundamentais para impulsionar o crescimento do ensino superior no Brasil, diversificação essa percebida na oferta de novos moldes de ensino e de interação com a sociedade, justificadas por uma demanda específica por esse nível educacional para que se efetivasse uma competitividade em nível global. Nesse contexto, uma variedade de instituições surge de acordo com a finalidade, com os aspectos administrativos, quer seja de tendência filantrópica ou não e ainda àquelas com claros intentos lucrativos.

Apesar da década de 1980 ter sido caracterizada por um contexto de reinvenção do Brasil em virtude da estagnação da economia pós ditadura militar, o setor privado percebeu o campo propício para atuação e expansão por meio da criação e extinção de cursos na sede, livre do controle burocrático do antigo Conselho Federal de Educação. As instituições perceberam que se tornando maiores, autônomas e diversificadas atenderiam de maneira mais eficiente à demanda existente, situação esta revelada nos resultados do período de 1985 a 1996 onde o número de universidades cresceu de 20 para 64 instituições.

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) novos contornos ao ensino superior são desenhados, surgindo desafios a serem superados. São idealizados projetos antagônicos de educação e de sociabilidade materializados por meio da legislação e regulamentações que visavam uma profunda transformação na política de educação superior, ora por meio da ampliação do número de instituições de ensino superior privadas existentes ora pela concretude da privatização interna de instituições de ensino públicas. (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2008, p. 8)

No bojo desse incremento legal que corroborou com o crescimento no número de instituições, aumenta também o acirramento das disputas entre as instituições de ensino superior privado que visam angariar mais matrículas e ostentar posições de destaque neste “mercado escolar” em expansão. Com isso, impulsionados pelo “termômetro” do mercado, muitas instituições usufruindo da prerrogativa da autonomia investem na estruturação de cursos variados, sem necessariamente fomentarem a constituição de uma universidade, como se observa na tabela 1, onde os dados revelam que no ano de 2003 tínhamos 84 universidades privadas, chegando a um total de 89 universidades no ano de 2010 e voltando ao quantitativo



de 84 instituições no ano de 2013, reflexo das fusões entre instituições que se unem e buscam domínio em um mercado cada vez mais competitivo.

Tabela 1 - Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa - Brasil - 2003-2013

Ano	Instituições								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2003	1.859	79	84	3	78	86	1.490	39	-
2004	2.013	83	86	3	104	104	1.599	34	-
2005	2.165	90	86	3	111	105	1.737	33	-
2006	2.270	92	86	4	115	119	1.821	33	-
2007	2.281	96	87	4	116	116	1.829	33	-
2008	2.252	97	86	5	119	100	1.811	34	-
2009	2.314	100	86	7	120	103	1.863	35	-
2010	2.378	101	89	7	119	133	1.892	37	-
2011	2.365	102	88	7	124	135	1.869	40	-
2012	2.416	108	85	10	129	146	1.898	40	-
2013	2.391	111	84	10	130	140	1.876	40	-

Fonte: MEC/INEP/Deed

Diferente do quantitativo de novas universidades que surgiram no decênio de 2003-2013, o número de faculdades e Centros Universitários se manteve em crescimento atendendo aos propósitos da oferta de cursos mais flexíveis, a baixo custo por aluno e que atendesse a demanda do mercado. É nesse contexto que também se visualizou novas estratégias de expansão, efetivadas por meio do processo de regionalização e interiorização, principalmente no período 2003-2013, crescendo o número de Centros Universitários de 78 para 130 instituições e de Faculdades passando de 1.490 unidades para 1.876.

Mesmo com a ascensão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) ao governo, não houve alteração no quadro que se apresentava de empresariamento e de privatização já praticado pelo governo anterior, em relação a política educacional implementada para o ensino superior.

Algumas medidas adotadas no governo Lula impactaram diretamente no mantimento da lógica mercadológica tão em voga. Buscou-se reformar a educação superior por meio da implantação de um sistema de avaliação para todas as instituições deste setor. O sistema



avaliativo foi aprovado em abril de 2004 e denominado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), no entanto, se consolidou muito mais como um espelho de ranqueamento entre as instituições mais bem conceituadas do que propriamente um instrumento que contribuísse efetivamente para avaliar a qualidade do ensino ofertado.

Neste mesmo ano, parcerias são efetivadas entre o público e privado (PPP) e institucionalizadas por meio da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro, que determinou as normas gerais para licitação e contratação de tais parcerias. Em 2007 uma nova estratégia de expansão do ensino superior é posta em prática pela via da racionalização dos recursos. É instituído por meio do Decreto Presidencial nº. 6.096 de 24 de abril o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) promovendo e estimulando o estabelecimento de Termos de compromisso entre as instituições públicas federais, para que o recebimento dos recursos estivessem condicionados ao quantitativo de metas alcançadas. Trata-se de uma política que engendrou mudanças significativas na estruturação do ensino superior visando a ampliação do acesso e da permanência no ensino, embora estivesse voltado apenas ao setor público. (CABRAL NETO; CASTRO, 2011, p. 265-266)

Apesar da proposta do Reuni visar a restauração do ensino público no Brasil por meio de uma lógica gerencial da administração por resultados, os dados revelam que as instituições de ensino superior

expandiram 45,3%, sendo que as privadas cresceram 45,6% e as públicas 42,6%, acentuando a privatização no país. Em 2010, o setor privado representava 88,3% de IES e as públicas, apenas, 11,7%. As matrículas apresentaram um crescimento maior, atingindo um total de 83,4%, no período, sendo que as matrículas públicas cresceram 56,9% e as privadas 95,0%. Dos 6,3 milhões de jovens matriculados em cursos de graduação presencial e a distância no Brasil em 2010; 4,7 milhões estavam em IES privadas, representando 74,3% e, 1,6 milhões matriculados em IES públicas, representando 25,7% do total de matrículas no país (CHAVES; AMARAL, 2015, p. 101).

Não há dúvida que as instituições superiores privadas continuam demonstrando crescimento em comparação com as instituições públicas, fruto de políticas de favorecimento da expansão no referido setor, medidas essas que corroboram para a criação de um reserva de mercado no setor privado, este que tem encontrado facilidades para expandir a partir da chancela da legislação educacional e das políticas educacionais institucionalizadas com base no ordenamento das diretrizes internacionais vigentes.



AS DIRETRIZES INTERNACIONAIS E O PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL

Conforme apresentado, o cenário político e econômico presente já no governo FHC favoreceu a adoção de medidas propícias à expansão da iniciativa privada no Ensino Superior. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) reafirma, reorganiza e apresenta de forma mais ampla a Educação Superior, o que se coaduna com o que preconizam os organismos internacionais, especialmente, o Banco Mundial (BM), que definiu suas orientações para os países em desenvolvimento por meio de conferências internacionais.

Além disso, a LDB (1996) apresenta claramente a coexistência de instituições públicas e privadas, trazendo, ainda que de maneira genérica, o processo nacional de avaliação e a regulamentação das instituições de Educação Superior, sob a responsabilidade da União, abrindo, sem dúvida, um maior espaço para a iniciativa privada no que se refere a esse nível de ensino. Torna-se perceptível a abertura para o crescimento do ensino superior privado, ainda que o governo reivindique a sua posição de regulador.

Seguindo em consonância aos diagnósticos e as análises sobre as políticas de educação pensadas pelo BM para países como o Brasil, o Governo Lula deu o pontapé inicial ao apresentar políticas que vem delineando as ações na área de educação nas últimas décadas. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) foi homologado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 com o objetivo de conceder financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC), abrindo as portas para o aumento do número de estudantes com acesso ao Ensino Superior em instituições privadas e, conseqüentemente, a promoção da expansão exponencial no número de autorizações de funcionamento dessas instituições de ensino.

Essa expansão corrobora com os documentos internacionais produzidos pelo BM desde a década de 1990, intitulados: “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia” (1995); “La educación superior en países en desarrollo: peligro y promesa” (2000) e “Construir Sociedades de Conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciária” (2003) que propõem mudanças com relação a oferta do Ensino Superior nos países em desenvolvimento, com vistas a redução da pobreza.



O primeiro relatório (1995) abordou a diversificação das fontes de financiamento, com a finalidade de reduzir os custos do Estado. Para tanto, o BM recomendou o desenvolvimento de instituições não universitárias em razão de estas serem menos custosas e vinculadas às necessidades do mercado. Assim, “el gobierno, en lugar de ejercer una función de control directo, tiene ahora la tarea de proporcionar un ambiente de políticas favorable para las instituciones de nivel terciário, tanto públicas como privadas” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 62)

O segundo documento (2000), que teve como finalidade dar centralidade à Educação Superior nas políticas educativas e analisar as suas possibilidades nos países em desenvolvimento, sinalizou para um Ensino Superior híbrido em que coexistem instituições de excelência - voltadas para a pesquisa e inovação - e instituições de massa - destinadas à formação das capacidades técnicas demandadas pela sociedade -, ou seja, que tem seu foco exclusivamente no ensino, desconsiderando a necessidade do tripé: ensino, pesquisa e extensão, como pilares basais das universidades no seu sentido pleno. Dessa forma, questões referentes ao papel e a função social destas universidades, na sociedade contemporânea, não são levadas em consideração, uma vez que o objetivo a ser alcançado é o desenvolvimento econômico decorrente da competitividade da economia capitalista.

O último relatório (2003), aqui apresentado, trouxe como foco a discussão sobre o aumento da abrangência da educação terciária, entendendo esta não apenas como relativa a cursos de nível superior, mas a todos os cursos pós-secundário. Neste relatório, o BM vem reforçar a importância de uma maior escolarização da população dos países em desenvolvimento, para que estes se tornem competitivos para a realidade que vivemos hoje: de um mundo globalizado.

Podemos constatar, a partir da legislação educacional brasileira vigente, que o nosso país seguiu, em muitos aspectos, os caminhos propostos pelo BM. Alguns pontos são claramente identificados na mencionada LDB/1996 e em suas sucessivas regulamentações por meio de decretos. A autonomia das universidades – para gerir recursos, iniciar e extinguir cursos; a autorização, reconhecimento, supervisão e avaliação das instituições de Ensino Superior – que coloca o Estado em uma posição de regulador e a flexibilização das modalidades de ensino – que amplia consideravelmente o leque de possibilidades de ingresso – são exemplos de como o nosso sistema educacional vem, ao longo do tempo, se moldando aos ditames internacionais.



Assim, pensando sobre os mecanismos que subsidiaram ou mesmo incentivaram essa complementação do setor privado em contrapartida à função do Estado de oferecer Ensino Superior, é que buscamos dialogar sobre o FIES e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) – instituído pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005 – que objetiva a concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. Esse aquecimento proporcionado pela introdução de recurso público na iniciativa privada fez com que as instituições particulares de Ensino Superior – universitárias e não universitária – expandissem não apenas o número de vagas nos cursos de graduação, mas diversificassem as suas possibilidades de atendimento, o que também se coaduna com a visão dos órgãos internacionais. Dessa forma,

no período 2000-2008, a oferta de cursos quase triplicou; atualmente, mais de 70% dos cursos de graduação no País são oferecidos pelo setor privado. [...] Nesse quadro, ganham destaque especialmente os cursos de pós-graduação lato sensu presenciais ou de ensino a distância. [...] O aumento dos cursos de mestrado, de especialização, de MBAs e a forte presença em todos os níveis da educação a distância sugerem que os cursos de graduação presenciais são apenas um dos nichos do mercado. (SAMPAIO, 2011)

Isso demonstra que o FIES e o PROUNI atenderam e vem atendendo aos seus propósitos, uma vez que com essas políticas o Estado incentivou a criação de instituições privadas de Ensino Superior ao promover o financiamento com foco na formação para o mercado de trabalho. Essas instituições, em sua maioria não universitárias, por sua vez, diversificaram as suas modalidades de atuação ao disponibilizarem cursos de curta duração, semipresenciais e Educação à Distância (EAD) o que, sem dúvida, deu fôlego à competitividade mercadológica.

PROUNI E FIES: IMPACTO NA EXPANSÃO DA OFERTA DE ENSINO SUPERIOR

Diante das novas possibilidades abertas a partir da instituição do FIES e, posteriormente, do PROUNI, a Rede Privada de Ensino Superior ganhou indiscutivelmente um estímulo para ampliar a sua oferta de cursos, diversificando cada vez mais as formas de ingresso. Esta expansão pode ser observada por meio dos dados apresentados anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), através do



Censo da Educação Superior, que tem o objetivo de mostrar de que maneira esta educação está se configurando no Brasil.

Dentre esses aspectos e como forma de subsidiar a discussão sobre o impacto gerado pela implementação das referidas políticas públicas, destacaremos os dados relativos ao número de instituições privadas de Ensino Superior e ao número de matrículas nessas instituições no período de 2003 a 2013, por entendermos que neste intervalo de tempo é possível ter uma visão geral da evolução desses quesitos, considerando tanto cursos presenciais como cursos a distância.

É possível observar na Tabela 01 – que se refere ao número de instituições privadas de Ensino Superior, por unidade da federação (2003 – 2013) – que os primeiros anos, após a instituição das Leis do FIES e PROUNI, alcançaram os maiores percentuais de criação de instituições privadas de Ensino Superior, considerando os números absolutos. A expansão dessas instituições nos anos de 2004 e 2005, se comparados a 2003, foi de 7,7% e 7,5% respectivamente, tendo esse crescimento diminuído nos anos subsequentes. A partir de 2008 percebe-se uma leve queda no número daquelas instituições (-0,8%), o que se repetiu nos anos de 2011 (-0,9%) e 2013 (-1,1%), entretanto, apesar dessas reduções no número de instituições observa-se que, nesses mesmos anos, houve um aumento no número de matrículas nos cursos presenciais e também a distância, como mostra a Tabela 02.

Tabela 01 – Número de instituições privadas de Ensino Superior por unidade da federação (2003 -2013)

Inst.	N	%	NE	%	SE	%	S	%	CO	%	Total	%
2003	86	-	252	-	857	-	270	-	187	-	1.652	-
2004	100	14,0	288	12,5	911	5,9	298	9,4	192	2,6	1.789	7,7
2005	106	5,7	328	12,2	953	4,4	331	10,0	216	11,1	1.934	7,5
2006	117	9,4	349	6,0	984	3,2	347	4,6	225	4,0	2.022	4,4
2007	122	4,1	362	3,6	983	-0,1	335	-3,6	230	2,2	2.032	0,5
2008	121	-0,8	373	2,9	965	-1,9	331	-1,2	226	-1,8	2.016	-0,8
2009	128	5,5	387	3,6	980	1,5	347	4,6	227	0,4	2.069	2,6



2010	121	-5,8	369	-4,9	1.038	5,6	345	-0,6	227	-	2.100	1,5
2011	125	3,2	369	-	1.023	-1,5	347	0,6	217	-4,6	2.081	-0,9
2012	126	0,8	379	2,6	1.030	0,8	360	3,6	217	-	2.112	1,5
2013	120	-5,0	378	-0,3	1.004	-2,6	366	1,6	222	2,3	2.090	-1,1

- N (Norte); NE (Nordeste); SE (Sudeste); S (Sul) e CO (Centro-Oeste)

Fonte: MEC/INEP/Deed

Tabela 02 – Número de matrículas em cursos presenciais e a distância em instituições privadas de Ensino Superior (2003 -2013)

Matrículas	Cursos Presenciais	%	Cursos a distância	%	Total
2003	2.750.652	-	10.107	-	2.760.759
2004	2.985.405	7,9	23.622	57,2	3.009.027
2005	3.260.967	8,4	60.127	60,7	3.321.094
2006	3.467.342	5,9	165.145	63,6	3.632.487
2007	3.639.413	4,7	275.557	40,1	3.914.970
2008	3.806.091	4,4	448.973	38,6	4.255.064
2009	3.764.728	-1,1	665.429	32,5	4.430.157
2010	3.987.424	5,6	748.577	11,1	4.736.001
2011	4.151.371	3,9	815.003	8,6	4.966.374
2012	4.208.086	1,3	932.226	12,6	5.140.312
2013	4.374.431	3,8	999.019	6,7	5.373.450

Fonte: MEC/INEP/Deed

É, portanto, visível, a partir dos dados trazidos na Tabela 02 – que expõe o número de matrículas em cursos presenciais e a distância em instituições privadas de Ensino Superior -, que a redução no número dessas instituições nos anos de 2008, 2011 e 2013, não significou



uma diminuição no número de matrículas que, ao contrário, cresceram 4,4% (2008), 3,9% (2011) e 3,8% (2013) em se tratando de cursos presenciais e 38,6% (2008), 8,6% (2011) e 6,7% (2013) em cursos EAD.

Percentualmente observa-se que as matrículas também tiveram um maior crescimento nos primeiros anos após as promulgações das Leis nº 10.260/2001 e nº 11.096/2005, assim como ocorreu com as instituições privadas de Ensino Superior. Houve um aumento 7,9% no número de matrículas dos cursos presenciais em 2004 se comparado a 2003 e em 2005 essa expansão continuou avançando chegando a 8,4% se comparado ao ano anterior.

Pode-se observar que, apesar de nos anos seguintes (2006, 2007 e 2008) os percentuais não terem superado os 8,4%, o crescimento do número de matrículas se manteve. Em 2009, fugindo a regra dos anos anteriores, ocorreu um pequeno decréscimo de -1,1%, que foi superado em 2010 e também nos anos subsequentes que contabilizaram um aumento, ainda que moderado, se comparado aos anos iniciais aqui estudados. Contudo, é importante ressaltar que a expansão percentual total da década em destaque superou os 44%, demonstrando que a oferta de matrículas em cursos presenciais em instituições privadas de Ensino Superior cresceu de forma constante, afinado aos 22,9% de crescimento no número destas instituições no mesmo período.

Esse crescimento percebido nos cursos presenciais foi largamente superado pelo aumento no número de matrículas em cursos na modalidade EAD, como também pode ser observado na Tabela 02. Enquanto em 2003 havia apenas 10.107 matrículas em cursos EAD, em 2013 essa expansão alcançou 332%, o que demonstra que as instituições privadas de Ensino Superior seguiram o fluxo da Era digital ao disponibilizarem cursos mais flexíveis, de menor duração e focados na atuação profissional, buscando com isso atingir uma clientela diferente, formada de trabalhadores que não dispunham de tempo para frequentar cursos presenciais.

Isso nos faz retomar o pensamento de como o Brasil veio, ao longo dos anos, direcionando as suas políticas de forma a atender as orientações do Banco Mundial. Assim, ao incentivar o crescimento do número de instituições e matrículas na Rede Privada de Ensino Superior, surgiu uma outra demanda a ser considerada: de que maneira o poder público regulamentaria, supervisionaria e avaliaria a qualidade do ensino oferecido? Diante desta questão é fundamental que se traga à discussão o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições



de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Nesse Decreto, o Estado detalha o exercício de suas ações através dos seguintes órgãos: Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), estabelecendo as suas respectivas competências. Dessa forma, todo o sistema da educação superior é coordenado por meio de Atos Autorizativos – credenciamento, recredenciamento, reconhecimento e renovação para o funcionamento das instituições e dos seus cursos; da Supervisão – que tem o objetivo de resguardar os interesses dos envolvidos no processo educativo, de modo a apurar deficiências ou irregularidades por parte da instituição e da Avaliação – realizada por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) através de avaliações internas e externas das instituições, dos cursos e dos desempenhos acadêmicos dos estudantes, seguindo os protocolos dispostos no referido decreto e estabelecendo as devidas sanções a serem aplicadas às instituições de acordo com cada situação.

Como se pode perceber, o percurso trilhado pela Educação Superior no Brasil foi e vem sendo moldado ao longo das últimas décadas a partir das políticas implementadas, o que delineou, de forma bastante clara, o seu acesso, expansão e diversificação com a finalidade de atender uma parcela mais significativa da população. Para tanto, o Estado mudou sua estratégia passando de principal provedor para financiador de um ensino superior privado, que, por sua vez, necessita de constante supervisão e avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reformas educacionais gestadas na educação de ensino superior foram compreendidas no âmbito das mudanças de ordem social, política e econômica e desenvolvidas com intentos bem definidos, associados aos interesses mercadológicos. Veemente percebe-se nos discursos da política educacional de que a educação é um componente importante para o crescimento dos países em desenvolvimento. Isso se observou pelas reflexões presentes neste texto que mostraram que desde a possibilidade de oferta do ensino superior de maneira facultativa a partir da Constituição, as medidas e reformas universitárias se corporificaram a partir da revisitação de orientações específicas dos organismos internacionais, tais como as orientações do Banco Mundial.



Com isso estratégias de oferta diversificada são incrementadas em instituições diferenciadas (filantrópicas, confessionais ou sem fins lucrativos) que surgem a partir da isenção de tributos fiscais e passam a contribuir com o crescimento considerável do setor privado de ensino superior, aliado ao aumento no número de faculdades e centros universitários que passam a flexibilizar cursos e modalidades de ensino; ao estabelecimento de parcerias públicas-privadas (PPP) e às possibilidades de financiamento público no setor privado (FIES, ProUni). Estes foram alguns dos condicionantes que corroboraram para o incremento no número de matrículas e na expansão do ensino superior privado no Brasil, reconfiguraram a educação brasileira trazendo consequências inevitáveis para a identidade institucional da universidade. Essa que cada vez mais passa a ser concebida associada aos ditames do mercado que pressiona por eficiência, flexibilidade e competitividade.

Os marcos regulatórios, assim como a criação do SINAES, favoreceram muito mais o estabelecimento de um ranqueamento competitivo entre as instituições do que uma preocupação efetiva com a qualidade na oferta do ensino superior. Na corrida por postos de destaques neste ranqueamento as instituições se reestruturam e buscam novos nichos de mercado para atuarem em tempos de crise e de recessão, utilizando-se de novas estratégias que flexibilizam o ensino e desoneram os custos por aluno no ensino superior.

Não há dúvida que o número de estudantes que passam a ingressar no ensino superior aumentou consideravelmente, no entanto, é importante frisar que este terreno se consolidou em um contexto típico de privatização e de negação da fomentação de políticas de Estado interessadas no setor público.

REFERÊNCIAS]

- BANCO MUNDIAL. **Construir Sociedades de Conocimiento**: nuevos desafíos para la educación terciaria. Washington, DC: BM, 2003. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/TERTIARYEDUCATION/Resources/Documents/Constructing-Knowledge-Societies/CKS-spanish.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2016.
- _____. **La enseñanza superior**: las lecciones dericadas de la experiência. Washington, DC: BM, 1995. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/06/14/000090341_20050614161209/Rendered/PDF/133500PAPER0S_p1rior0Box2150A1995001.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2016.
- _____. **La educación superior en países en desarrollo**: peligro y promessa. Washington, DC: BM, 2000. Disponível em: <<http://documentos.bancomundial.org/curated/es/2000/12/6203545/higher-education->



developing-countries-peril-promise-la-educacion-superior-en-los-paises-en-desarrollo-peligros-y-promesas. Acesso em: 20 mai. 2016.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 mai. 2016.

_____. Lei 10.260, de 12 de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm. Acesso em: 20 mai. 2016.

_____. Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm. Acesso em: 20 mai. 2016.

_____. Decreto 5.773, de 09 de maio de 2006. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>. Acesso em: 20 mai. 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira (Inep). Sinopses estatísticas. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>.

Acesso em: 20 mai. 2016.

CABRAL NETO, Antônio; Alda Maria Duarte Araújo. A supremacia da iniciativa privada na expansão do ensino superior: realidade brasileira e repercussões no RN. In: CABRAL NETO; NASCIMENTO, Ilma Vieira do; CHAVES, Vera Jacob (orgs.) et al. **Política de expansão da educação superior no Brasil: democratização às avessas**. São Paulo: Xamã, 2011, p. 15-37.

CABRAL NETO, Antônio; ARAÚJO, Alda Maria Duarte. Educação superior no Brasil: os contraditórios caminhos da expansão pós-LDB. In: BRZEZINSKI, Iria. (org.) **LDB/1996 Contemporânea: contradições, tensões e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2014.

CHAVES, Vera Lúcia; AMARAL, Nelson. A educação superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países. **Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 95-120, jan./abr. 2015.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MANCEBO, Deise. Políticas da Educação Superior no Brasil. Velhos temas e novos desafios. In: CABRAL NETO; NASCIMENTO, Ilma Vieira do; CHAVES, Vera Jacob (orgs.) et al. **Política de expansão da educação superior no Brasil: democratização às avessas**. São Paulo: Xamã, 2011, p. 15-24.

MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de (Org.). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas: Alínea, 2008.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Ensino Superior Unicamp**, Campinas/SP, nº 4, p. 28-43, out. 2011.